

Título = Programa de capacitação no contexto do ensino básico.

Autoria = secretaria de educação

Ano - 1998

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
DEPARTAMENTO DE ENSINO

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO BÁSICO

Recife, 1988

1. APRESENTAÇÃO

O Governo Popular de Pernambuco, através da Secretaria de Educação enfrenta a tarefa de universalização do ensino básico, entendido como instrumento indispensável à construção de uma sociedade democrática e, portanto, como um dos principais elementos na formação da cidadania.

Partindo do princípio de que a universalização do ensino básico implica em garantir o acesso e a permanência na escola dos segmentos populares, compreende-se que esta escola deve oferecer necessariamente uma educação de qualidade. Uma escola que assuma sua função social de transmitir o saber sistematizado universal, articulando-o ao saber popular, que enfrente sua função histórica de "ensinar a ler e escrever, a pensar e lidar com números e dominar a História, a Geografia e as Ciências Naturais, levando a criança a adquirir habilidades para pensar, resolver problemas, expressar-se e entender as expressões humanas" (Guimomar Namó de Melo).

Nesta perspectiva, a Alfabetização das Camadas Populares merece atenção, prioridade e urgência particularmente em Pernambuco, onde a escola pública Estadual ou Municipal está longe de cumprir a sua tarefa.

Sabe-se que a Escola Pública em Pernambuco, a exemplo do que ocorre a nível nacional sequer tem-se mostrado competente para alfabetizar as crianças que se matriculam no 1º grau. Não é possível continuar com uma escola na qual os alunos chegam a 5a. série do 1º grau sem aprenderem a língua pátria apesar do domínio das palavras, leitura e compreensão da mesma constituírem o objetivo prioritário da escola de 1º grau.

Isto ainda é mais grave quando se sabe que estudos desenvolvidos por Emilia Ferreiro, no México, e sobretudo Terezinha Carraher, em Pernambuco, no campo da Educação e da Psicologia da Aprendizagem, têm contribuído para a compreensão da psicogênese da alfabetização. O conhecimento e reconhecimento da psicogênese da Alfabetização conduz a uma nova concepção deste processo entendido como construção conceitual realizada pelos alunos, que são os sujeitos dessa construção e têm uma forma própria de interpretar e produzir o mundo gráfico, a partir do que a sociedade lhes apresenta. A própria sala de aula por conseguinte, também é interpretada a partir de sua vivência, sendo portanto, necessário que a descubra como ambiente alfabetizador.

A adoção desta concepção de Alfabetização requer assim uma revisão urgente da prática pedagógica em uso, a qual tem relega

do aspectos fundamentais como a competência linguística da criança as suas capacidades cognoscitivas e a percepção que desenvolve a partir do seu processo de aprendizagem e a respeito dele mesmo.

É nesta perspectiva que se apresenta o Programa de Alfabetização no Contexto do Ensino Básico, enquanto uma das estratégias para a sua reorganização e que visa permitir aos alfabetizandos maiores e melhores possibilidades de conquistarem num ritmo pessoal e social adequado a condição de alfabetizados.

2. JUSTIFICATIVA

Os vinte anos de autoritarismo no país deixaram como legado dívida social insuportável que é a falência do ensino público. De fato, particularmente no Estado de Pernambuco, apenas uma parcela mínima de crianças em idade pré-escolar vem recebendo algum tipo de atendimento específico. Das crianças de 7 a 14 anos a maioria não aprende a ler e escrever, apesar de ter frequentado a escola durante algum tempo. Para uma melhor visualização da gravidade da situação do nosso ensino são apresentados os quadros abaixo relativos ao ano de 1986

QUADRO 1

REALIDADE DA POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 7 A 14 ANOS NO ESTADO	Nº DE CRIANÇAS	%
Não chegaram a se matricular	390.000	20
Se matricularam	1.560.000	80
TOTAL	1.950.000	100

Fonte: SE-DIE-DDN-1986

QUADRO 2

REALIDADE ESCOLAR DAS CRIANÇAS MATRICULADAS NO 1º GRAU	Nº DE CRIANÇAS	%
Evadiram da escola	468.000	30
Foram reprovadas	187.200	12
Permaneceram na escola	904.800	58
TOTAL	1.560.000	100

Fonte: SE-DIE-DDN-1986

Assinale-se ainda que apenas 16 de cada 100 alunos matriculados na 1.^a série conseguem chegar à 8.^a série e que cerca de metade da população em idade de trabalhar é analfabeta.

Além disso, cerca de 54% de professores atuando na zona rural do Estado, não têm nenhuma formação pedagógica e 52% da clientela escolar do 2º grau estão frequentando cursos noturnos da rede estadual, que é responsável pela metade das matrículas desse nível de ensino.

As escolas da zona rural funcionam com turmas multisseriadas, em que um professor atende ao mesmo tempo alunos da 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a série do 1º grau, e desempenha, ainda, as funções de merendeira e faxineira na escola.

Acrescenta-se que o atendimento oferecido às crianças portadoras de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, tem se dado através de classes especiais. Estas se caracterizam por espaços inapropriados, carentes de material e de professores habilitados. Urge a definição de uma política afetiva de prevenção e de conscientização que possibilite uma articulação entre ensino especial e o regular para que essas crianças sejam integradas em classes comuns e possam se expor a programas de reabilitação da aprendizagem.

O aumento da oferta de vagas, até 1987, foi insignificante e, em grande parte devido à utilização de instrumentos insatisfatórios como a compra de vagas à rede particular ou a instituição do turno escolar intermediário, presente neste ano em 56% das 1.410 escolas da rede estadual.

As tentativas feitas para reverter este quadro do ensino público no Estado não lograram êxito: os programas assistenciais dirigidos à pré-escola como PROAPE, Mini-Escola e Arco-Iris priorizaram a expansão desse nível de atendimento em detrimento da qualidade do ensino ministrado.

No ensino de 1º grau, o programa ALFA foi utilizado até o final de 1987, sem garantir-se o acompanhamento e a capacitação do professor. Ressalte-se que este programa, primariamente centrado na descoberta do código e enfatizando os exercícios perceptuais, continuava a ser desenvolvido apesar de existirem, desde fins da década de 70, na UFPE, estudos utilizados por Terezinha Carraher e Lucia Browne que mostravam a inadequação do método, tendo em vista a importância do significado no processo de alfabetização.

Um outro programa visava a diminuir os índices de evasão e repetência, nas 1.^{as} séries do 1º grau: foi o Projeto Permanência, instituído em 1984. Entretanto pouco a pouco ele foi perdendo as suas características básicas como: 35 alunos por turma; gratificação ao professor alfabetizador, e merendas diárias, e, dessa for-

ma, também, os seus objetivos.

Além desses, outros projetos de apoio pedagógico como: Banca de Estudo, Acertando o Passo, Correção da Distorção Idade-Série, Expansão da Pré-Escola de agosto a dezembro e Antecipação da Escolaridade foram implantados, sem que se lhes garantisse o fornecimento da estrutura necessária a sua continuidade.

Na verdade, cada uma dessas iniciativas se deu isoladamente, pois não havia uma política de ensino dirigida para as camadas populares.

Assim, evidentemente, tais programas pedagógicos não podiam reverter o quadro caótico de ensino público no Estado.

As possibilidades concretas de superar tal situação emergem no momento em que se instala em Pernambuco, um Governo comprometido com as transformações sociais, que resultem em melhoria das condições de vida do povo. Neste sentido, a Secretaria de Educação, define como uma de suas diretrizes, a universalização do ensino básico com qualidade, para que Pernambuco possa no mais breve prazo, contar com uma escola pública na qual os conhecimentos desenvolvidos pela humanidade, ao longo de sua história, sejam vinculados cotidianamente ao debate das grandes questões nacionais: uma escola relacionada à cultura do povo e ao que de mais moderno existe no mundo contemporâneo, que realize de forma adequada a sua tarefa de transmitir os conhecimentos e habilidades específicas a cada série escolar, elementos indispensáveis para analisar, interpretar e interferir na realidade.

Encarando a escola como o "locus" privilegiado de formação conjunta e exercício da cidadania de alunos e educadores, a Secretaria de Educação vem envidando esforços para mobilizar recursos humanos e financeiros que garantam o acesso e a permanência, com qualidade, do aluno no sistema público escolar.

Para que tal política educacional possa, de fato, se concretizar, é necessário encarar a alfabetização como uma prioridade, dado que ela constitui o primeiro passo para o desenvolvimento da capacidade de sistematizar, elemento basilar na formação da cidadania.

Na verdade, a linguagem é o elemento primordial no estabelecimento das práticas sociais, constituindo importante instrumento de apreensão de seu sentido histórico. Lê-se e se escreve para falar de vidas, de objetos que se conhece, das coisas que se faz, que se constrói, de que se gosta e sobre o que se pensa e, para se conhecer as idéias, produções e sentimentos dos outros.

Desse modo, entende-se a Alfabetização como um processo importante e necessário à compreensão crítica da realidade em que

se vive e também, como um processo de construção em que indivíduo vai exercitando, simultaneamente, a apropriação da própria história.

Vista sob esse ângulo, a Alfabetização é encarada pela Secretaria de Educação de Pernambuco no contexto da Educação Básica, tendo em vista que esta engloba tanto a Educação Pré-Escolar, como a Educação de 1º grau de crianças e adultos. Desta forma, pretende-se que:

- a) A alfabetização das crianças se inicie na pré-escola e sistematize-se nas primeiras séries do 1º grau;
- b) As crianças com dificuldades de aprendizagem, ao lado de uma ação de reforço e de atuação específica, se exponham à alfabetização em classes regulares;
- c) As crianças portadoras de deficiência tenham oportunidade de serem alfabetizadas junto com crianças comuns;
- d) As crianças da rede pública de ensino tenham um mínimo de 4 horas de jornada escolar;
- e) O desdobramento do período de alfabetização se processe, em um número de 2 anos;
- f) A avaliação da aprendizagem das crianças se constitua em uma avaliação do momento evolutivo da criança;
- g) A implantação urgente de Programas de Alfabetização de Adultos, condição alfabetizadora e de sucesso escolar da própria criança.

3. OBJETIVOS

3.1 - Geral

. Redimensionar o ensino básico em Pernambuco, através da implantação do Programa de Alfabetização em todas as escolas da rede estadual de ensino, a partir de 1988.

3.2 - Específicos

. Assegurar a aprendizagem da leitura e da escrita a todas as crianças matriculadas de 1.^a a 4.^a série do 1º grau.

. Desenvolver uma política de Alfabetização, fundamentada no ensino da leitura e escrita entendida como processo no qual o aluno possa participar, refletir, criticar e interferir.

. Promover uma reflexão sistemática acerca da prática

ca alfabetizadora de maneira ampla e, especialmente, quanto à alfabetização das crianças das classes populares.

. Instrumentalizar o professor para identificar a vinculação de sua postura ideológica com concepções de homem e de sociedade e a apreender o significado de seu papel como alfabetizador.

. Oportunizar às crianças com dificuldades de aprendizagem e portadoras de deficiência o espaço de convivência com as crianças comuns no processo de alfabetização.

. Implantar uma sistemática de capacitação em serviço, voltada para a qualidade da prática pedagógica de alfabetização.

4. CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO

"O interrogatório a um preso algemado inibe-o largamente de responder, porque a palavra, sem o gesto é também uma palavra algemada".

Manuel Sergio

O Programa de Alfabetização, enquanto diretriz pedagógica, procura resgatar o papel social da Escola, partindo do princípio de que o homem é responsável pela construção da sua história e que a sua história se constroi com outros homens. Ele vive numa família, numa cidade, num determinado país e tem uma dinâmica própria.

Nesse caso, se está falando de um homem que é um todo pensamento, movimento, sentimento, e que se faz e se refaz numa relação permanente com os outros e com os objetos, que adquirem significação num determinado tempo e espaço. Assim é fundamental buscar compreender este homem com quem se trabalha, tal como o aluno, por exemplo, conhecendo e relacionando a sua história pessoal e social.

É a realidade vivida pelo aluno que constitui, então o fio condutor do processo de aprendizagem. E na realidade se refletem relações dos homens com a natureza, as quais podem unificar e integrar as disciplinas escolares, numa perspectiva, "psicopedagógica interdisciplinar que impeça o fosso entre a prática e a teoria, ação e pensamento". (Vital da Fonseca)

Neste sentido, propõe-se uma ação curricular que permita a incorporação e domínio dos conteúdos e, ao mesmo tempo, a sua problematização.

O professor alfabetizador não deve, pois, buscar frases feitas em cartilhas e livros mas sim, sobretudo, nas expressões dos seus alunos. Essas expressões falam da natureza, da política e da vida cultural deles, e estas constituirão as referências para o ensino de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes.

Nesta perspectiva, o aluno deverá, não apenas, ter condições de ser um bom leitor mas, principalmente, ser um produtor de textos, ator e autor de sua História, um solucionador de problemas, aprender a importância da ação coletiva na transformação das condições objetivas da vida do homem; entender as diferenças da organização social da cidade e da própria organização urbana e rural; e como bem diz Neidson Rodrigues, aprender a sua relação com o mundo vivido e assim poder incorporar os novos instrumentos do conhecimento elaborado no interior dos conteúdos para ampliar a transformação dessa realidade. Desta forma, a consciência política do aluno estará sendo desenvolvida no desenrolar do processo de educação escolar. Só assim o educando poderá estar apto para o pleno exercício de cidadania.

Para isso necessário se faz uma revisão da postura do educador, situando Nelson Mendes essa questão da seguinte forma: "a criança do que precisa é recisamente e só de ... Adulto Diferente!"

É, no entanto, fundamental ter certeza que "adulto diferente" é este educador de quem se fala. Não se pode esquecer que toda ação conduz a uma mudança ou a manutenção de uma situação. A neutralidade não existe. Cada ação resulta da representação de mundo que a pessoa que age tem, cabendo ressaltar que a própria ação pode, também gerar novas representações de mundo.

Assim sendo, o educador não pode perder de vista que cada criança traz em si a sua história, a sua bagagem cultural, produzida pela sua experiência de vida. É pois, essencial considerar o que a criança de classe popular desenvolveu a partir de suas próprias circunstâncias de vida, para fortalecimento de sua construção, em direção ao crescimento que lhe falta.

5. ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

O Programa de Alfabetização ponto de partida para o redimensionamento do ensino básico da rede oficial de Pernambuco, requer uma organização político-pedagógica e também administrativa.

Impõe-se, assim, a criação de uma equipe de alfabetização interdepartamental, congregando técnicos encarregados diretamente da implantação do Programa e trabalhando no:

- Departamento de Ensino (DE)
- Departamento de Cultura (DEC)
- Departamento de Capacitação (DECAP)
- Departamento de Recursos Tecnológicos (DERTE)
- Departamento de Planejamento (DEPLAN)
- Departamento de Educação Física (DED)
- Departamento de Assistência ao Educando (DAE)

Impõe-se também, a seu Acompanhamento pelo Colegiado Ampliado da Secretaria de Educação (Diretorias Centrais e Regionais). A coordenação do Programa deverá ficar a cargo do Departamento de Ensino da Diretoria de Serviços Educacionais, que deverá contar com uma assessoria permanente de especialista da área.

Em cada Departamento Regional de Ensino deverá haver uma equipe de coordenação do Programa. Essas coordenações serão responsáveis pela articulação e acompanhamento do trabalho dos Educadores de Apoio com o Professor-Alfabetizador.

Professores e Educadores de Apoio recrutados na própria rede de ensino comporão a equipe encarregada do desenvolvimento e do controle das experiências iniciais, tornando-se agentes multiplicadores da proposta pedagógica e da metodologia de trabalho adotado.

Coerentemente com a dinâmica da proposta, será prevista uma sistemática de acompanhamento periódico e avaliação permanente, de modo a propiciar a reflexão conjunta de toda a equipe envolvida e, por conseguinte, comprometê-la com os encaminhamentos necessários ao êxito do Programa.

5.1. ABRANGÊNCIA

A implantação do Programa de Alfabetização será iniciada em 1988, abrangendo classes pré-escolares de 6 anos e 1a. a 2a. séries do 1º grau bem como alunos das escolas da rede oficial de ensino tanto urbana como rural, com dificuldades de leitura e escrita.

O Programa atingirá, portanto, crianças de 6 a 9 anos alunos do 1º grau que não estejam alfabetizados e, excepcionalmente crianças de 9 a 14 anos (alunos chamados "fora de faixa") que ainda não tenham se iniciado no processo de escolarização.

5.2. CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA IMPLANTACÃO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO BÁSICO.

Para o Aluno

- a permanência de 4 horas diárias em situação de aprendizagem

- garantia de material escolar mínimo indispensável ao cotidiano pedagógico (livros de literatura infantil, revistas, jornais, papel, lápis, etc)
- fornecimento diário de uma merenda
- salas e mobiliário adequado.

Para o Professor

- jornada diária de 4 horas
- 4 horas semanais (remuneradas) para discussão, avaliação e reformulação da prática pedagógica
- compromisso de permanência do programa durante o período de 3 anos

Educadores de Apoio (supervisores, orientadores)

- organização enquanto equipe de Apoio com o objetivo de viabilizar junto ao professor as atividades pedagógicas do programa
- desenvolvimento de uma política de Capacitação permanente em serviço que assegure a qualidade do trabalho político-pedagógico
- acompanhamento ao professor por 4 horas semanais em reuniões de estudo
- 1 Educador de Apoio para até 15 professores

5.3. ATIVIDADES PLANEJADAS PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 1987

A nível Central e Regional

- organização de uma equipe interdepartamental responsável pelo planejamento, execução e avaliação do programa
- capacitação da Equipe interdepartamental de Alfabetização através de seminário, encontros e debates sobre a questão da Alfabetização
- sistematização do Programa de Alfabetização no Contexto do Ensino Básico
- organização de um curso de capacitação em Alfabetização desenvolvido por uma equipe de assessoria dirigido a 200 Educadores de Apoio representantes de todo o Estado
- organização de uma equipe de assessoria para junto aos técnicos e professores da Secretaria de Educação executar, acompanhar e avaliar o Programa
- divulgação e discussão do Programa com os Diretores e Coordenadores das equipes centrais e regionais

- elaboração de documentos para orientação do Programa de Alfabetização considerando Metodologia, Currículo e Avaliação.

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - PRIORIDADE DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO BÁSICO:

Compreende-se capacitação, como processo de descoberta científica e tecnológica, que possibilita ao educador superar a ideologia dominante transformar as relações de trabalho e de produção cultural, descobrir e realizar coletivamente sua capacidade de transmitir o saber sistematizado universal, articulando-o ao saber popular.

Nesta perspectiva, o Programa de Capacitação em Alfabetização se desenvolverá através da informação, reflexão e proposição de novas formas de pensar, organizar e executar uma educação de qualidade, que considere tanto o próprio conhecimento como o cotidiano da escola em sua relação com a comunidade.

Estrutura da Capacitação para o Programa de Alfabetização.

Na Escola

- acompanhamento do Educador de Apoio ao professor em suas atividades docentes a nível de observação, planejamento e apoio às crianças com dificuldades em Alfabetização.
- reuniões semanais com os professores alfabetizadores para reflexão da prática pedagógica e aprofundamento teórico.
- reuniões mensais com os pais das crianças que estão em processo de alfabetização.

Nos Departamento Regionais (DERE)

- reuniões mensais entre coordenadores de Alfabetização e Educadores de Apoio no sentido de acompanhar as ações pedagógicas desenvolvidas na escola, a aprofundamento teórico da psicogênese da Alfabetização.

Equipe Central

- Seminários Bimestrais entre Educadores de Apoio, Coordenadores e Equipe Central (coordenação geral)